

REQUERIMENTO Nº , DE 2013 (do Sr. Fernando Francishcini)

Requer que sejam convidados a Sra. Miriam Belchior, Ministra de Estado do Planejamento, o Sr. Guido Mantega, Ministro de Estado da Fazenda, o Sr. Arno Hugo Augustin Filho, Secretário do Tesouro Nacional e o Sr. José Jorge, Ministro do Tribunal de Contas da União e relator do processo, para expor acerca da reportagem publicada em 29/05/2013 no sitio do jornal Gazeta do Povo.

Senhor Presidente

Requeiro a V. Exa., nos termos regimentais que, ouvido o plenário, sejam convidados a Sra. Miriam Belchior, Ministra de Estado do Planejamento, o Sr. Guido Mantega, Ministro de Estado da Fazenda, o Sr. Arno Hugo Augustin Filho, Secretário do Tesouro Nacional e o Sr. José Jorge, Ministro do Tribunal de Contas da União e relator do processo de contas do Governo Federal, para expor acerca da reportagem publicada em 29/05/2013 no sitio do jornal Gazeta do Povo em reunião de Audiência Pública.

JUSTIFICAÇÃO

O Tribunal de Contas da União, em análise das contas do governo federal no segundo ano de mandato da presidente Dilma Roussef, aprovou as contas apresentadas, mas fez 22 ressalvas e 41 recomendações.

Nesse sentido, no sitio do jornal Gazeta do Povo, foi publicada em 29/05/2013 reportagem com título TCU APROVA CONTAS DO GOVERNO COM 22 RESSALVAS. Veja abaixo a íntegra da matéria publicada no sitio:

http://www.gazetadopovo.com.br/vidapublica/conteudo.phtml?tl=1&id=1377214&tit=TCU-aprova-contas-do-governo-com-22-ressalvas

TCU aprova contas do governo com 22 ressalvas

O TCU criticou, principalmente, a série de manobras contábeis feitas no fim de 2012 para aumentar receitas e reforçar o superávit primário

29/05/2013 | 17:45 | AGÊNCIA ESTADO

O Tribunal de Contas da União (**TCU**) aprovou nesta quarta-feira (22) com 22 ressalvas e 41 recomendações, as contas do segundo ano do governo **Dilma Rousseff** (2012). O TCU criticou, principalmente, a série de manobras contábeis feitas no fim de 2012 para aumentar receitas e reforçar o superávit primário - economia feita para pagar despesas com juros da dívida. As operações minaram a política fiscal do País e dividiram a equipe econômica. De acordo com o relator do processo no tribunal, ministro José Jorge, o Brasil corre risco de uma "argentinização" dos indicadores econômicos.

No país vizinho, o governo da presidente Cristina Kirchner mudou critérios para o cálculo da inflação ascendente, o que levou empresas a deixar os parâmetros oficiais de lado. "(A Argentina) segurou o índice, mas não segurou a inflação. Terminou que o setor privado começou a calcular também esse índice. O superávit primário (brasileiro), vai terminar que vai acontecer a mesma coisa", criticou. "Não sei qual é o superávit real, posso saber qual é o oficial. Isso não é bom para a economia do País", acrescentou.

Nos últimos três dias de 2012, a administração federal pôs em prática triangulação financeira para assegurar o ingresso de recursos nos cofres. Além de sacar R\$ 12 bilhões do Fundo Soberano do Brasil (FSB), uma espécie de poupança governamental, antecipou R\$ 7 bilhões em dividendos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e da Caixa Econômica Federal.

O expediente foi usado mesmo com o abatimento de R\$ 32 bilhões em despesas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) da meta fiscal. Apesar do esforço, a economia ainda ficou abaixo do esperado. Previa-se R\$ 97 bilhões, mas foi de R\$ 88 bilhões.

"Esse número da economia vai perdendo a credibilidade e os agentes econômicos vão passar a deixá-los de lado. Não sei se isso é feito em



termos de maquiagem porque, geralmente, maquiagem, nas mulheres, é sempre feito para melhorar. No caso, acho que ela piora, no sentido de que as pessoas não são ingênuas, elas veem essas mudanças que são feitas e passam a desacreditar naqueles números", afirmou.

O relatório de contas também apontou a baixa execução de investimentos sociais e em infraestrutura. Outra crítica foi quanto à suposta independência do País em petróleo, apregoada pela Petrobras. "Você é autossuficiente quando o seu balanço, entre o que você importa e o que exporta, é positivo. No Brasil, é negativo. É questão de aritmética", disse. O relatório de contas será agora enviado ao Congresso, que tem a prerrogativa de votar as contas. Tradicionalmente, há atrasos. Em 2012, o TCU fez 25 ressalvas e 40 recomendações ao Poder Executivo, das quais nove permanecem como não atendidas em 2012.

Imperioso destacar que, no dia 02/06/2013, o programa jornalístico da Rede Globo, Fantástico, apresentou matéria indicando que está havendo um total descontrole somado a um absurdo desperdício de dinheiro público nas reformas aeroportuárias, que vem sendo realizadas para melhorar o atendimento ao cidadão brasileiro e aos estrangeiros que estarão presentes na Copa do Mundo de Futebol em 2014 e nas Olimpíadas de 2016.

Diante do retro exposto, a audiência que ora requeremos é de fundamental importância para o desempenho de nossas atribuições constitucionais de acompanhamento e fiscalização das ações do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em de de 2013

Deputado FERNANDO FRANCISCHINI